

“Professor com jeito hacker de ser”

Esta foi uma das frases ditas pelo professor Nelson Pretto, da Universidade Federal da Bahia, no Seminário REA (Recursos Educacionais Abertos), que ocorreu na quinta, dia 09, na Assembléia Legislativa de São Paulo. “Mediante o colapso dos didáticos, é preciso resgatar a função intelectual e ativista do professor, o seu poder de interferir, da crítica”, explicou Pretto, ao enfatizar que REA não são só recursos e sim processos de produção do conhecimento, saberes de outros locais, que não só o da academia.

Durante o seminário, promovido pela [Comunidade REA-Br](#), especialistas debateram e apresentaram projetos REA – o termo refere-se a bens educacionais e recursos oferecidos livremente e abertamente para qualquer pessoa usar e, sob algumas licenças como o [Creative Commons \(CC\)](#), adaptar, melhorar e distribuir. O evento teve como objetivo discutir o tema no âmbito das políticas públicas, e dele participou um grupo do Cenpec*.

Na Câmara dos Deputados, tramita um [projeto de lei REA](#), de autoria do deputado federal Paulo Teixeira (PT/SP), que determina, entre outras coisas, que obras educacionais financiadas por recursos públicos devam beneficiar a todos e estar disponíveis para uso por meio de uma licença como a do CC. Outras iniciativas públicas começam a surgir, como a disponibilização na rede de todos os materiais didáticos, sob licença CC, pela [Secretaria Municipal de Educação de São Paulo](#). Vários projetos da Unicamp, apresentados no seminário por Vera Solferini, também têm como objetivo disponibilizar livremente na rede o conhecimento acadêmico, como o [Portal OCW Unicamp](#).

Muito mais que recursos

Para além da democratização do acesso, a discussão sobre REA, como bem enfatizou Nelson Pretto, sucinta reflexões sobre o papel e a formação do professor, ou melhor, do educador - se pensarmos de um ponto de vista do Cenpec, que desenvolve projetos educativos em outros contextos além do ensino formal.

Na abertura do seminário, Plínio Zornof Táboas, pró-reitor de extensão da Universidade Federal do ABC, apontou a necessidade de se formar professores para serem agentes na construção dos materiais. “Ele é só visto como receptor”. Conforme Táboas, é preciso entender o educador como agente principal e coprodutor de cultura e conhecimento em função dos contextos em que atua.

Nessa perspectiva, foi apresentado o [Projeto Folhas](#), um programa de formação continuada da Secretaria de Educação do Paraná, que contempla uma metodologia de produção dos materiais didáticos pelos próprios professores de Educação Básica e a disponibilização na rede do Livro Didático Público. O ineditismo dessa proposta visa o desenvolvimento de uma cultura de pesquisa, reflexão, estudo e produção, valorizando a produção intelectual a partir da experiência do cotidiano escolar como local privilegiado de formação do professor. “ Os professores saíram diferentes dessa experiência, não só porque passaram por um momento de reflexão intensa, mas porque se sentiram parte do processo”, relatou Mary Lane Hutner, que apresentou o Folhas.

O [Grupo de Estudos Educar na Cultura Digital](#), do EducaRede, tem como objetivo manter um

“coletivo virtual de educadores” para discutir e trocar experiências sobre o papel da escola e dos educadores diante das demandas trazidas pela cultura digital, como compartilhamento do conhecimento, colaboração e autoria. “Visa fomentar a ideia de pertencimento, reconhecendo que o educador não está só, com ênfase na cocriação, na valorização dos saberes. Mobilizando os educadores e provocando a reflexão de como isso muda a prática deles”, explicou Priscila Gonsales, coordenadora do Grupo de Estudos.

No contexto da cultura digital e de globalização, a escola perde o seu caráter de consumidora e transmissora da informação para fomentar sua função de produtora cultural, onde seus integrantes, alunos e professores, são os agentes neste espaço de cultura global - resultando da miscelânea entre a cultura global e a local. Neste sentido, os recursos educacionais abertos potencializam o papel da escola como produtora de cultura decorrente do “diálogo entre saberes e culturas”, conforme Nelson Preto.

Formatos abertos e direitos autorais

Para ser considerado um REA, além de estar publicado na Internet e sobre uma licença flexível como o Creative Commons (CC), é importante que esteja em um formato de arquivo acessível a quem utiliza os mais diversos softwares (pdfs, por exemplo, não incentivam diversas possibilidades de uso).

Sérgio Amadeu da Silveira, professor da Universidade Federal do ABC, ressaltou a importância de os recursos educacionais serem disponibilizados na Internet em formatos abertos. “A Web é aberta... O padrão aberto estimula a criação e garante a recombinação de editáveis, a remixagem. Reconhece o direito do sujeito como coprodutor e não só como consumidor”.

A lei dos direitos autorais precisa ser revista e deve possibilitar a livre publicação para fins educacionais. Nesse sentido, os recursos educacionais do governo devem ser sempre abertos. “Recebi a informação de um amigo, que trabalha no YouTube, que para cada hora tem 40 dias de upload”, afirmou Cable Green, ex-diretor de e-learning e educação aberta do estado de Washington, nos Estados Unidos.

“O CC é um sistema legal voluntário que permite compartilhar trabalhos criativos. O direito autoral diz: ‘não compartilhe’”, explicou John Wilbanks, um dos diretores do Creative Commons nos Estados Unidos. Ao utilizar o CC, o autor define os usos da sua obra compartilhada, podendo desde abdicar quase que totalmente de seus direitos ou restringir o uso, proibindo a criação de obras derivadas e/ou uso comercial.

Ficou claro assim que o uso do CC não tira os direitos do autor. Conforme Carolina Rossini, advogada e uma das coordenadoras da Comunidade REA-Br, se a obra em CC for usada indevidamente, o autor pode recorrer à justiça, porque não perde seus direitos.

REA e livros didáticos

O PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) foi outro tema discutido no seminário. O [GPOPAL-USP](#) - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação, da Universidade de São Paulo – apresentou uma [pesquisa, publicada em 2010](#), sobre o sistema de compra e distribuição

dos livros didáticos do PNLD.

Dentre as constatações apresentadas pela pesquisa, a concentração de poder das editoras e da cadeia produtiva desse mercado, que consome cerca de 1 bilhão de reais por ano, foi mencionada por muitos dos especialistas presentes. E, no contexto dos recursos educacionais abertos, oportunidades surgem para o aperfeiçoamento da política pública do livro didático, superando essas distorções.

Foi o caso de Bráulio Santos Rabelo de Araújo, que apresentou a pesquisa do GPOPAI-USP, ao mencionar a sugestão de separar o momento de compra de conteúdo (fortalecendo a produção e os direitos dos autores que hoje estão “reféns” das editoras) do processo de impressão de livros (ampliando a concorrência neste serviço e diminuindo custos); e também foi o caso do Prof. Plínio Zornof Táboas, da Universidade Federal do ABC, que mencionou a possibilidade de encaminhar parte dos recursos públicos destinados ao PNLD para a produção de material didático aberto.

** Adriana Vieira (Núcleo TIC e Educação); Alexandre Garcia (Comunicação) ; Ana Cecília Chaves Arruda (Prêmio Itaú-Unicef); Claudemir Viana (Projeto Minha Terra), Fernanda Ribeiro (Território Escola) , Solange Marques (Prêmio Itaú-Unicef)*